

NECROPEDAGOGIA DA CRUELDADE: As masculinidades tóxicas e seus reflexos em corpos vulneráveis

NECROPEDAGOGY OF CRUELTY: Toxic male and its reflexes in vulnerable bodies

Rozemberg Guimarães Silva¹
Alexandre Osaniyi²

<https://orcid.org/0000-0002-1556-4373>

RESUMO

Esse estudo promove discussões acerca das pedagogias de morte e seus reflexos nos corpos matáveis a partir das masculinidades tóxicas e hegemônicas, legitimadas por uma espécie de contrato de masculinidade que reúne vários tipos de preconceitos e violências exercidas em pessoas objetificadas e vulneráveis, tanto social, quanto institucionalmente: mulheres e homens negrxs, gays, bissexuais, trans, queers, e pobres, que são julgadx não aptxs ao trabalho, ao consumo, aos espaços sociais e de poder, ou, simplesmente por não se encaixarem nos moldes de masculinidade patriarcal. É assimilada a essas pessoas a baixa empatia, que dá margem para que seus corpos sejam violentados, massacrados e silenciados. Esse estudo tem o objetivo de contribuir para uma sociedade não patriarcal, menos desigual, não machista, sexista e heterocisnormativa. Foi utilizada a metodologia qualitativa, de caráter documental, fundamentada nos seguintes autores: Butler (2002; 2017); Segato (2018); Connel (1995;2015); Mbembe (2018); Colling (2018); Bento (2017; 2018); Bauman (1998).

Palavras-chave: Necropedagogia. Masculinidade tóxica. Patriarcado. Corpos vulneráveis. Corpos Matáveis.

ABSTRACT

This study promotes discussion about the pedagogies of death and their reflections on the killable bodies from toxic and hegemonic masculinities, legitimized by a kind of masculinity full of prejudice and violence exercised in socially and institutionally vulnerable people. They are black people, gays, bisexual, trans, queers, and poor women and men who are judged to be unfit for work, consumption, social and power spaces, or simply because they do not fit the molds of patriarchal masculinity. Many

¹ Formado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Estudante do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB; Artista; Poeta; Agitador cultural e Policial Militar. E-mail: berg.guisi@gmail.com.

² Trata-se do professor Alexandre de Oliveira Fernandes, doutor em Ciências da Literatura (UFRJ); Professor de Língua Portuguesa e Literatura do IFBA; professor permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade/PPGREC/UESB/Jequié; professor permanente no Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, da Universidade Federal do Sua da Bahia – UFSB. E-mail: aleandre.pro@gmail.com.

people in society assimilate low empathy for them, which allows their bodies to be raped, massacred and silenced. This study aims to contribute to a non-patriarchal, less unequal, non-sexist, and heterocisnormative society. The qualitative methodology, of documentary character was used and the research was based on the following authors: Butler (2002; 2017); Segato (2018); Connel (1995;2015); Mbembe (2018); Colling (2018); Bento (2017; 2018); Bauman (1998).

Keywords: Necropedagogy. Toxic masculinity. Patriarchy. Vulnerable bodies. Matable bodies.

1. INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade como a nossa: cisheteronormativa, patriarcal, machista e violenta, deparamo-nos, certo dia, na encruzilhada das ideias com a antropóloga argentina Rita Laura Segato e o filósofo camaronês Achille Mbembe.

Rita Segato, fazendo-nos perceber como funciona a agência das masculinidades através das Pedagogias da Crueldade – termo utilizado em seu livro “Contra-pedagogías de la crueldad” –, expondo que a sociedade tem produzido e conduzido uma educação para a violência e a crueldade, que violenta pessoas, que as rebaixa e depois as mata. Uma pedagogia machista e patriarcal que massacra os corpos vulneráveis e dissidentes. Uma educação que quer excluir tudo o que não se encaixotar nos moldes da masculinidade tóxico-normativa (SEGATO, 2018).

Segundo ela, pode ser entendido como Pedagogia da Crueldade “todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transmutar o vivo e sua vitalidade em coisas” (SEGATO, 2018, p. 11), ou seja, todos os atos de exploração do corpo dx outrx, de reificação do corpo dx outrx, de rebaixamento dos corpos e da crueldade social exercida nestes.

Nesta mesma encruzilhada, o Achille Mbembe vem nos mostrar a noção de Necropolítica – termo utilizado no seu livro “Necropolítica” –, onde o Estado, ao invés de exercer o “biopoder”, como afirma Foucault (1999), exerce o necropoder (MEMBE, 2018), em que decide quem deve morrer e quem deve viver.

Nesse caso, não mais é exercido pelo Estado o “deixar morrer”, em que não promove as políticas de morte, mas sim, exercita as técnicas de “fazer morrer” através das políticas de morte promovidas nas diferentes esferas estatais: sejam nos hospitais públicos, em filas de espera, sejam nas prisões,

com “comida estragada, não atendimento médico, superlotação das celas, pessoas presas sem acusação formal e sem sentença” (BENTO, 2018, p. 10), sejam na área da segurança pública com as mortes promovidas pela polícia em corpos negros e vulneráveis – estes corpos, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, correspondem a 75% dos mortos pela polícia, no Brasil –, sejam pela dificuldade de acesso da população negra à saúde, ou, seja pelas mortes promovidas pelo estado através da criminalização de determinado estilo musical, como o funk, por exemplo.

Nessa encruzilhada, ambas idéias se interseccionam, e, justamente por isso, ousamos criar um neologismo para denominar essas pedagogias de morte como “Necropedagogia”, não para criar uma teoria, mas sim, para cruzar as ideias de promoção de violência e morte que são aprendidas e executadas na sociedade e, também, executadas pelo Estado sobre os corpos de mulheres e homens negrxs, vulneráveis e, também, os corpos dissidentes do padrão cisheteronormativo (BUTTLER, 2018).

Essas pedagogias de morte têm seus reflexos nos corpos matáveis a partir das masculinidades tóxicas e hegemônicas, legitimadas por uma espécie de contrato de masculinidade que reúne vários tipos de preconceitos e violências exercidas em pessoas objetificadas e vulneráveis, tanto social, quanto institucionalmente: mulheres e homens negrxs, gays, bissexuais, trans, queers, e pobres, que são julgadx não aptxs ao trabalho, ao consumo, aos espaços sociais e de poder, ou, simplesmente por não se encaixarem nos moldes de masculinidade patriarcal.

É assimilada a essas pessoas a baixa empatia, que dá margem para que seus corpos sejam violentados, massacrados, silenciados e sofram os efeitos da Necropolítica do Estado, e podemos observar estas formas de violências tanto através do racismo estrutural, quanto através dos preconceitos que geram violências sistemáticas aos corpos abjetos.

Essas violências se configuram a partir de um lugar de poder, seja do Estado ou de uma masculinidade branca normativa, ambxs racistas, homofóbicxs, sexistas e misóginxs, pois é esse tipo de crueldade que é construída nas relações de poder, onde também se constrói a pedagogia da crueldade, até porque, “[...] a truculência é a única garantia do controle sobre

territórios e corpos, e de corpos como territórios, e pelo outro, a pedagogia da crueldade é a estratégia de reprodução do sistema” (SEGATO, 2014, p. 345).

Diante do exposto mencionaremos alguns fatos que expressam essa Necropedagogia da Crueldade nos corpos vulneráveis e matáveis para que possamos discutir não só essas políticas de morte, mas também, refletir sobre as possíveis políticas de vida para essa população considerada “necrotérica”.

2. 80 TONS DE TIRO: GPS de cor

Uma das Necropedagogias da crueldade, ou pedagogia de morte adotada pelo estado é o genocídio e extermínio da população negra no Brasil, em especial, a juventude negra. O Atlas da Violência de 2017 relata que a cada 100 pessoas assassinadas no país, 71 delas são negras e em sua maioria homens e jovens.

Fica claro, escurecido e colorido que existe uma política de morte para essa população, que em sua maioria é pobre e vive em lugares considerados periféricos e que são constantemente vítimas da violência do Estado, e sofrem uma espécie de assepsia social por este, seja através do poder policial, seja pela falta de políticas públicas. Essa falta ou negação, pelo estado, de políticas públicas para as populações vulneráveis é, também, uma política pública de estado.

Todos os dias corpos negros entram para essa estatística, como foi o caso do músico Evaldo dos Santos Rosa³, homem negro de 51 anos, que no dia 07 de abril de 2019 teve o seu carro confundido com o de bandidos, pelo Exército, numa zona de periferia do Rio de Janeiro e, em um despreparo militar – ou condicionamento militar de matar corpos negros? –, o Exército abordou e fuzilou o veículo com pelo menos 80 tiros – o divulgado pela mídia na época do fato, mas peritos afirmaram que foram disparados mais de 200 tiros –, mesmo estando no carro sua esposa, seu sogro, mais uma mulher e seu filho, uma criança de apenas sete anos de idade.

³ Confira: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>

Evaldo morreu na hora e as cenas do carro fuzilado mostraram, mais uma vez, ao Brasil que, tanto o exército, quanto a polícia, podem até confundir os veículos, mas a cor da vítima eles não confundem. Evidenciando, desta forma, que as balas do Estado têm CEP e GPS de cor e que acaba atingindo os considerados “subgrupos” da população.

Percebemos neste caso, que nos lembra de vários outros, a forma de o Estado agir em uma localidade vulnerável e com uma população vulnerável, compactuando com uma verdadeira política de controle social copiado e exercido há tempos, como se vivêssemos em um estado de exceção, no qual se decide quem deve morrer e quem deve viver, pois “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo [...] “racismo”” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Esse racismo estrutural está engendrado nas instituições e corporações brasileiras, como na Polícia, por exemplo, que idealizou o estereotipo do inimigo, do bandido, que em sua maioria é sempre o negro, o favelado, o pobre e, portanto, é a polícia que mais mata e a que mais morre, no mundo.

Esse modelo de segurança pública que exerce, através dessa necropedagogia, o genocídio contra a população negra, pobre e vulnerável, tendo como uma cortina de fumaça o argumento de “guerra às drogas” que sempre foi “o discurso de legitimação da ação genocida do Estado [...] em corpos negros” (BORGES, 2018, p. 23) é um modelo usado para ceifar vidas, principalmente, negras. Uma política antidrogas que configura uma farsa genocida, um verdadeiro “enxugar gelo” por parte dos agentes de segurança pública que são colocados em uma guerra que não é deles.

Essa é uma guerra que gera lucro para vários setores, dentre esses, a indústria prisional, com a terceirização dos serviços dos presídios: segurança interna, serviço de alimentação, limpeza, mão de obra barata para fábricas, dentre outros setores. Se formos observar por uma lógica, para manter todo esse aparato capitalista é preciso dos encarceramentos em massa, para que essa indústria tenha sempre “clientes”.

Essa guerra também é favorável para a indústria bélica e para a promoção, principalmente, de políticos que necessitam dessa carnificina, muitas

vezes com a morte de inocentes alvos do estado, como no caso dos 80 tiros com GPS de cor.

Infelizmente, essa é a pedagogia adotada pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que se promoveu, em boa parte, e ganhou as eleições através do caos da violência e do medo promovido pelo próprio Estado e que agora legitima o ódio e o genocídio dos corpos matáveis através de seus discursos, como o de “bandido bom é bandido morto”, haja vista que já se criou nas forças de segurança o estereótipo do bandido, que quase sempre é pobre, ou negro, ou periférico, ou todos esses adjetivos em um corpo só, legitimando um racismo que

em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2018, p. 18).

Esse é o modelo de necropolítica exercido pelo Estado. Ele decide quem deve fazer parte da sociedade e quem não deve, ele decide quem deve morrer e quem deve viver, ele decide sobre a vida das pessoas, ele legitima a ação de disparar 80 vezes em um carro com uma família só porque o motorista era negro. Essa necropedagogia exercida por um Estado patriarcal, machista, preconceituoso e racista é a mesma que dá legitimidade para tais atrocidades.

3. PAISAGEM DA CRUELDADE

A Necropedagogia da Crueldade tem suas várias facetas. Ela é um tentáculo que hospeda o machismo, as masculinidades tóxicas, hegemônicas, normativas e todos os tipos de preconceitos, sejam raciais ou sociais e que exerce força sobre corpos rebaixados socialmente.

Diante deste preposto, é importante destacar que dentro dessa Necropedagogia da Crueldade e para que ela se exercite é preciso existir o rebaixamento dos corpos vulneráveis e matáveis, a objetificação destes para que sejam meramente desprovidos de beleza e de humanidade.

É preciso uma baixa empatia para que esses corpos matáveis, quando vierem a sofrer algum tipo de violência, sejam tidos como não humanos, causando uma paisagem da crueldade sem importância, já que “há “sujeitos” que não são exatamente reconhecidos como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTTLER, 2018, p. 17).

Essa paisagem da crueldade está associada à repetição da violência na nossa sociedade, seja por qualquer meio de divulgação e que, e sua maioria, é exposta pela mídia televisiva e/ou virtual, causando uma normalidade das violências contra as pessoas em status vulnerável e mostrando, também, para outras pessoas que fazem parte desses grupos violentados, sejam negrxs, gays, mulheres ou corpos dissidentes que elas poderão ser as próximas, propagando-lhes medo de frequentarem alguns espaços e, até mesmo, de se reconhecerem como parte destes grupos, já que estão marcados para morrer.

A Rita Segato nos faz perceber que essa baixa empatia que sentimos pelo outro é reflexo, também, do papel das mídias, que expõem e repetem essas violências e essas repetições acabam incentivando a morte desses corpos matáveis, sendo que “A repetição da violência produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade e, com isso, promove nas pessoas os baixos limiares de empatia”.⁴ (SEGATO, 2018, p. 11).

É por essa normatização das violências e pelo rebaixamento de alguns corpos considerados como não humanos que o país assistiu ao apedrejamento, espancamento e morte da Travesti Dandara⁵ – fato ocorrido no Ceará, em 2017 –, o qual foi gravado por um aparelho celular e testemunhado por pessoas que, por acharem normal, ou por entenderem que ela era “não humana”, nada fizeram para que as agressões fossem cessadas.

Essa mesma baixa empatia e essa violência sistêmica que a mídia oferece são calculadas para gerarem o medo e com o medo as pessoas ficam enfraquecidas, sem potencial de luta, de vida, para que acabem se entregando às decisões de políticos que oferecem a solução para os problemas da violência

⁴ No original: “La repetición de la violencia produce un efecto de normalización de un paisaje de crueldad y, on esto, promueve en la gente los bajos umbrales de empatia.” (SEGATO, 2018, p. 11).

⁵ Confira: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>.

e do caos, do desemprego, da economia e do medo com discursos fascistas e sanguinários, que promete dar poder a uma polícia para executem bandidos que estiverem de fuzis nas comunidades, sendo que essa mesma polícia mata moradores de comunidades por confundir, nas mãos destes, um guarda-chuvas com arma de fogo.

É através desse medo gerado pelas mídias que há uma manutenção da Necropedagogia, e esta é responsável por alimentar o poder do Estado e a manutenção do status quo. Esse medo e essa naturalização da crueldade, segundo a Rita Segato, são responsáveis pela propagação das violências exercidas por uma masculinidade impiedosa e cruel, uma masculinidade patriarcal e viril que está relacionada à violência e que objetifica e define o consumo dos corpos dissidentes e matáveis, nessa sociedade neoliberal que tem no capital sua maior força.

É uma masculinidade que dita regras, que expurga tudo o que for considerado frágil e feminilizado, que não permite ao homem demonstrar sentimentos e emoções. É uma masculinidade hegemônica, branca e tóxica que determina as mortes de várias Dandaras. É uma masculinidade que assassina outros corpos que se distanciam do modelo cisheteronormativo, e que, segundo a Rita Segato, está

mais disponível para a crueldade, porque a socialização e a formação para a vida do sujeito que deve carregar o fardo da masculinidade o obriga a desenvolver uma afinidade significativa - em uma escala de tempo de grande profundidade histórica - entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade., (...) entre masculinidade e baixa empatia. (SEGATO, 2018, p. 13).⁶

O fato que aconteceu com Dandara, que foi humilhada, desumanizada, espancada e morta sem nenhum pudor, mostra e que acontece com vários corpos que se distanciam dessa cisheteronormatividade⁷. É reflexo dessa

⁶ No original, “[...] más disponible para la crueldad porque la socialización y entrenamiento para la vida del sujeto que deberá cargar el fardo de la masculinidad lo obliga a desarrollar una afinidad significativa – em uma escala de tiempo de gran profundidad histórica – entre masculinidad y guerra, entre masculinidad y crueldad, [...] entre masculinidad y baja empatia” (SEGATO, 2018, p. 13).

⁷ A cisheteronormatividade tem como norma os padrões de comportamentos pautados na heterossexualidade e cisgeneridade.

Necropedagogia da Crueldade que reúne uma masculinidade cruel e tóxica e o poder de morte sobre outrxs. É uma Necropedagogia que define “quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas, e quais vidas são consideradas não passíveis de luto” (BUTTLER, 2017, p. 64).

A morte da travesti Dandara simboliza o mecanismo do Estado com suas técnicas de fazer morrer, haja vista que este é culpado a partir do momento que não promove políticas públicas para que as minorias socialmente estigmatizadas tenham propensão à igualdade, ou quando nega essas políticas, sendo culpado, também, pela marginalização desses corpos que se encontram a margem da nossa sociedade capitalista, sem fazer parte dessa sociedade do consumo (BAUMAN, 1998), sem oportunidades de vida e de serem inseridos na máquina do capital, contribuindo, assim, para que estejam vulneráveis à morte por serem corpos improdutivos, logo rebaixados.

Um exemplo desse mecanismo ocorreu em Julho deste ano (2019), quando o MEC, comandado por esse atual governo de extrema direita e fundamentalista, anulou o vestibular da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) específico para candidatxs intersexuais e transgêneros, promovendo a exclusão dessas pessoas ao acesso universitário que é um direito delxs.

Esse é um exemplo de violência praticada pelo Estado, que nega a essas pessoas o direito e uma oportunidade de se profissionalização e se especialização para não serem estigmatizadas socialmente, tendo suas imagens análogas à prostituição e a inutilidade.

Quando o Estado mostra a sua não preocupação com essas pessoas, principalmente as pessoas trans – que no Brasil tem uma estimativa de vida em média de 35 anos –, pessoas que ele tem o dever de defender, legitima-se caminhos para que elas sejam violentadas com o aval indireto do Estado.

4. CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK: NECROPOLÍCIA EM AÇÃO

Observando que o Estado brasileiro se utiliza de mecanismos para exercer a Necropedagogia através da criminalização das pessoas, associando-as à marginalidade e à violência, causando baixa empatia nelas para que sejam

violentadas – como acontece com as pessoas das zonas de periferias, com negrxs, pobres e travestis –, buscamos destacar que o Estado utiliza, também, mecanismos para criminalizar as pessoas através da sua cultura, dependendo do CEP que ela pertence e da sua estigmatização social, como no caso do funk.

Um exemplo colorido do exercício necropolítico do Estado para a criminalização do estilo musical Funk e de pessoas que fazem parte deste e a promoção de suas mortes aconteceu no dia 01 de dezembro de 2019, na comunidade de Paraisópolis, SP, quando a Polícia Militar executou uma ação desastrosa nas proximidades de onde acontecia famoso e tradicional “Baile da DZ7” – baile funk – e que resultou na morte de nove jovens.⁸

Os policiais alegaram estar em uma operação para coibir armas e drogas ao redor do baile funk. É o Estado exercendo através da sua Necropolícia o direito, tal qual um soberano, de matar pessoas através de suas ações – quase sempre alegando a guerra às drogas – já que essas mesmas ações não são vistas nos bailes funks dos bairros boêmios de São Paulo, nos festivais de rock, ou nas festas raves – em todas essas há um consumo excessivo de drogas sem que as forças de segurança pública intervenham. O problema mesmo está no CEP da festa.

Um Estado que decide, através do seu gênero musical, se você deve ou não viver é um Estado de extermínio. Nesse caso foi o extermínio, através de ações da polícia, de corpos que mereciam a proteção desta, por estarem em local de vulnerabilidade social, pois a mera sobrevivência dos corpos “depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para “ser” no sentido de “sobreviver”, o corpo tem que contar com o que está fora dele” (BUTLER, 2017, p. 57-58).

Essa tragédia, legitimada pelo Estado, só mostrou o quão arriscado é as pessoas morarem nas zonas de periferias, como em Paraisópolis, por exemplo, em que a expectativa de vida é bem menor do que a das pessoas que moram no bairro do Morumbi – os dois bairros são separados por um muro físico e social.

A criminalização do funk brasileiro é devido a sua localidade de nascimento: a periferia, e essa criminalização já vem de outras décadas, como

⁸ Confira: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/perseguiacao-e-tiroteio-em-baile-funk-em-paraisopolis-deixa-ao-menos-8-mortos-pisoteados-em-sp.ghtml>

em um episódio de 18 de outubro de 1992 em que um arrastão⁹ nas praias de Copacabana e Ipanema foi associado ao funk e ganhou as páginas dos jornais:

Não demorou muito e os infratores foram identificados como sendo os funkeiros ou os jovens das favelas das zonas Norte e Oeste do Rio que, nos fins de semana frequentam as danceterias que tocam música funk, na maioria, americana. O Jornal do Brasil, edição de domingo, exibiu um artigo intitulado “Movimento funk leva desesperança” e enfatizava o contraste com os estudantes caras-pintadas que haviam feito um espetáculo público muito diferente em nome da democracia: “Eles não têm seus rostos pintados com a bandeira brasileira e, muito menos, são eles algum motivo de orgulho como os foram os jovens que ressuscitaram o movimento estudantil na luta para dar o impeachment ao presidente Collor. Sem tinta em seus rostos, no último domingo esses caras-pintadas da periferia levaram a Zona Sul à batalha de uma de suas guerras que eles vêm encarando desde que nasceram – a guerra entre as comunidades.” (YÚDICE, 2013, p. 188).

A fala no artigo do Jornal do Brasil mostra um preconceito que não é velado, mas sim, exposto, ao se referir aos funkeiros como caras pintadas “naturais” com o destaque da própria cor, negra, sendo estes favelados, e outros caras-pintadas, os da classe média, rebaixando os corpos das pessoas negras ao referir-se a estes como não motivo de orgulho. É a mídia e a reprodução da sua violência, do seu racismo e da sua barbárie, para que sejam reproduzidos sem nenhum sentimento de empatia ou remorso pelo outro. Essa chacina de Paraisópolis é fruto de discursos preconceituosos e racistas que foram alimentados ao longo dos tempos contra os apreciadores do funk.

A dimensão da chacina de Paraisópolis só se deu, graças ao aparato armado do Estado: a polícia. Ela promoveu o horror show da morte, escolheu a localidade e as pessoas que seriam vítimas de suas ações. E se formos levar em conta que a maioria das notícias de violências policiais são nas periferias e/ou contra pessoas pobres e negras, sendo que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostrou que 75% das pessoas mortas pela polícia são negrxs, nos faz pensar que a Polícia é uma corporação que coaduna com uma agência de controle social denominada Necropolítica, sendo a própria

⁹ Evento que acontece, principalmente, nas praias da cidade do Rio de Janeiro, onde uma turma numerosa de pessoas passam correndo e furtam objetos dos banhistas nas mesas e arrastam de seus corpos correntes, relógios e utensílios considerados de algum valor.

polícia uma Necropolícia, contribuinte do genocídio das pessoas negras e periféricas.

Essa polícia que tem como pilar a cisheteronormatividade comete crimes nesses corpos que o Estado deveria proteger, porém, este escolhe suas vítimas e exerce nelas as suas pedagogias de morte, em sua maioria na população pobre, periférica e negra, nesse caso, nove jovens que queriam desfrutar de cidadania – já que os baile funks são a ocupação de um espaço de lazer e diversão que o Estado não proporciona. Porém, “Aqueles desprovidos do “direito” de atravessar o espaço “que não lhes pertence” serão detidos pelo Estado em prol daqueles que desfrutam de “cidadania”” (YUDICE, 2013, p. 193).

É preciso que as pessoas se posicionem contra essa Necropedagogia da Crueldade, contra essa pedagogia que mata, exclui, subalterniza as pessoas, rebaixando seus corpos e as matando através de uma violência cruel e sistêmica do Estado. É necessário que esses corpos vulneráveis enfrentem esse Estado com insubordinação, ocupando os espaços de poder tanto fora, quanto dentro das Universidades, porém, é necessário, antes de tudo, se manterem vivxs.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n.53, e185305, 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leonardo. **Que os outros sejam o normal** – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015b.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência. Rio de Janeiro: IPEA, 2017**. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de La crueldad**. 1ª ed.- Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 341-371, ago.2014.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.